



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ (TRE/PA)  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO  
DE CADASTRO DE RESERVA EM CARGOS EFETIVOS DE  
NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO  
EDITAL N.º 2/2006 – TRE/PA, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ torna pública a **retificação** dos **requisitos dos cargos 1 e 5** constantes do subitem **2.1**, do conteúdo de **Direito Eleitoral e Direito Administrativo do cargo 1** e das **Noções de Direito Eleitoral** para todos os cargos, exceto para o cargo 1, constantes dos conhecimentos específicos do subitem **15.2.2** do Edital n.º 1/2006 – TRE/PA, de 9 de novembro de 2006, publicado no *Diário Oficial da União*, que passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

**CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA**

REQUISITO: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

**CARGO 5: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: TAQUIGRAFIA**

REQUISITOS: diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), acrescido de habilitação em taquigrafia.

**15.2.2 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA: (...) VI DIREITO ELEITORAL. 1 Princípios constitucionais relativos aos direitos políticos (nacionalidade, elegibilidade e partidos políticos) de que trata o Capítulo IV do Título I da Constituição em seus arts. 14 a 18. 2 Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 1965). 2.1 Introdução. 2.2 Órgãos da Justiça Eleitoral: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais: composição, competências e atribuições. 2.3 Alistamento eleitoral: qualificação e inscrição, cancelamento e exclusão. 2.4 Crimes eleitorais: conceito, natureza e classificação. 3 Lei n.º 9.504, de 1997: Disposições gerais; Coligações; Convenções para escolha de candidatos; Registro de candidatos; Arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais: prestação de contas; Pesquisas e testes pré-eleitorais; Propaganda eleitoral; Sistema eletrônico de votação e totalização dos votos. 4 Lei n.º 9.096, de 1995: Disposições preliminares; Criação e registro dos Partidos Políticos; Filiação partidária; Fusão, incorporação e extinção; Do acesso gratuito ao rádio e à televisão: propaganda partidária. 5 Resolução TSE n.º 21.538, de 2003. VII DIREITO ADMINISTRATIVO. 1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios. 2 Organização administrativa da União: administração direta e indireta. 3 Licitações (Lei 8.666/1993 e suas alterações): Conceito, princípios, objeto e finalidade. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Procedimentos e fases. Revogação e anulação (fundamentos, iniciativa e efeitos decorrentes). Comissão Permanente de Licitações (constituição e responsabilidade). Contratos Administrativos: conceito, características e principais tipos, reajuste de**

preços, correção monetária, reequilíbrio econômico e financeiro. **Lei n.º 10.520, de 2002. Decreto n.º 5.450, de 2005.** 4 Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa. 5 Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder. 6 Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização. 7 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. (...)

(PARA TODOS OS CARGOS, EXCETO PARA O CARGO 1)

**NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL. 1 Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 1965): Órgãos da Justiça Eleitoral: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais: composição, competências e atribuições. 2 Lei n.º 9.504, de 1997: disposições gerais, sistema eletrônico de votação e totalização dos votos.**

Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Pará